Apresentação:

A Conectas Direitos Humanos é uma organização não governamental, fundada em 2001, dedicada a fortalecer direitos humanos e reduzir desigualdades, com o objetivo de construir uma sociedade justa, livre e democrática sob a perspectiva do Sul Global. Para evitar retrocessos e denunciar violações, a Conectas atua em sistemas internacionais de direitos humanos, articula redes de cooperação, utiliza litígios estratégicos e desenvolve ações de comunicação e engajamento.

Prioridades da Conectas Direitos Humanos para SB62

Comentado [1]: Traduzir para inglês

1. **Financiamento climático**
    a) Mobilizar, obrigatoriamente, U$1,3 trilhão anuais, provenientes de recursos públicos de países desenvolvidos para os países em desenvolvimento, a título de doação.
    b) Roadmap Baku-Belém precisa apontar ações implementáveis, transparentes e monitoráveis para atingir U$1,3 trilhão de recursos até 2030. Além de equilibrar o financiamento de mitigação, adaptação, perdas e danos e excluir os combustíveis fósseis e projetos não alinhados com o 1,5ºc.
    c) Artigos 2.1.(c) e sua complementaridade e 9.5 do Acordo de Paris devem ser tratados de forma substantiva no provisionamento de fluxos financeiros com previsibilidade, equidade no acesso a recursos e na produção obrigatória de relatórios prospectivos.
    d) Implementar a Convenção das Nações Unidas para Tributação de Emissões de Carbono (impostos aos emissores): estabelecer 2025 como prazo para o fim do subsídio aos combustíveis fósseis, abordando a crise da dívida externa e vinculando-a ao financiamento climático.

2. **Adaptação climática**
    a) Consolidar, não mais que 100 indicadores robustos e obrigatórios que contemplem meios de implementação e permitam monitoramento desagregado por gênero, raça, etnia, classe, idade, localização geográfica, deficiência e situação de emprego.

b) Formular NAPs, com prazos para entrega, previsão de capacitação estrutural e financiamento para que países mais vulneráveis possam produzir seus planos, alinhados ao GGA e a prioridades locais.
c) Utilizar espaço do Baku Adaptation Roadmap (BAR) para integrar os indicadores do GGA, NAPs, comunicação de adaptação, Relatórios Bienais de Transparência (BTRs) e outros instrumentos relevantes.

Comentado [2]: pensando se não deveríamos tirar "financiamento" daqui, a partir do que a Angela Rivera falou - que vão travar a discussão no financiamento, alegando que deve ser discutido no outro grupo.

3. **Mitigação climática**
   a) Colocar a "justiça" no centro das negociações de Transição Justa, com foco nas comunidades do Sul Global mais vulneráveis.
   b) Avançar em um texto-minuta que reflita a multidimensionalidade do conceito: superar discursos genéricos e contemplar critérios de financiamento, mecanismos de cooperação internacional e participação social - incluindo povos indígenas e comunidades locais.
   c) Estabelecer um marco orientador para que a transição justa seja aplicada a todas as esferas (trabalho, energia, comunidades vulneráveis) e deve abarcar aspectos sociais, econômicos e de justiça distributiva.
   d) Implementar o Mecanismo de Ação de Belém (BAM) para assegurar, além do financiamento adequado, transferência de tecnologias e intercâmbio de conhecimento, que priorizem equidade e necessidades específicas do Sul Global.
   e) Implementar os resultados GST-1, com um cronograma para o fim da produção e do consumo de combustíveis fósseis, limitando o aquecimento a 1.5ºC, sob o princípio das "responsabilidades comuns, porém diferenciadas e suas respectivas capacidades" (CBDR-RC).
   f) Implementar o GST-1 de modo que não fique restrito a temas de financiamento, mas aborde, de forma integrada, pautas como a redução ordenada de combustíveis fósseis, o desmatamento zero e a formulação de novas metas coletivas ambiciosas.
   g) Revisar o Diálogo Anual NDC-GST com: aumento de ambição das NDCs, transversalidade da justiça climática, equidade, alinhamento com o objetivo de 1,5ºC e que sejam entregues antes de setembro.

Comentado [3]: Podemos conversar sobre este "GST-1"? Eu não entendi, considerando que, pelo art. 14, o primeiro GST foi concluído em 2023, conforme Decision 1/CMA.5

Comentado [4]: o que impõe mais o que defendemos e gera menos gatilho de suscitar o Artigo 16? A "redução ordenada" ou "transição para longe" dos combustíveis fósseis?

h) Planejar de forma estruturada do GST-2, revisão das NDCs para que a COP 30 cumpra com a justiça climática e se alinhe com o 1,5ºC.
i) Debater, no âmbito do Programa de Trabalho de sobre Ambição e Implementação da Mitigação (MWP), relatórios que orientem a COP 30 sobre boas práticas, gargalos e oportunidades de investimento.
j) Prorrogar o mandato do MWP: manter um fórum constante de alerta e facilitação técnica, priorizando os direitos indígenas, comunidades locais e proteção das florestas.

Pontos Principais do Encontro - MRE

Embaixadora Liliam Chagas: embora o regime climático internacional tenha criado instrumentos e mecanismos que permitem aprimorar progressivamente as políticas nacionais, o ritmo atual das negociações exige respostas mais rápidas e eficazes, sob o risco de não controlar o aumento da temperatura global a 1,5 °C nem oferecer resiliência adequada às populações vulneráveis. Nesse sentido, ressaltou a necessidade de mudar a dinâmica das negociações — historicamente longas e potencialmente desgastantes — de modo a alcançar resultados concretos já em Bonn e abrir caminho para a COP30 como "a COP da implementação".

O Embaixador Davi Bonavides conduz a apresentação sobre financiamento, destacando três elementos centrais na agenda de Bonn: o roadmap Baku-Belém, que visa mobilizar US 1,3 trilhão em recursos até 2030; o workshop sobre o Artigo 9.5, voltado à produção de relatórios prospectivos de financiamento; e a discussão do Artigo 2.1.c, relativo ao alinhamento dos fluxos financeiros aos objetivos do Acordo de Paris . A ênfase recaiu sobre o fato de que, ainda no último ano do mandato de Sharm-el-Sheikh, é fundamental consolidar um debate internacional robusto sobre previsibilidade e transparência nos mecanismos de financiamento, de modo a assegurar que, na COP30, esse tema seja tratado não apenas de forma abstrata, mas com foco em instrumentos concretos de apoio aos países em desenvolvimento.

O Embaixador Leonardo Souza abordou a agenda de Transição Justa (TJ), explicando que, na COP29, não houve avanços significativos nesse tema em razão de desafios procedimentais e da ausência de um texto base para

negociação em Bonn. Ele ressaltou que, embora exista maturidade na compreensão do conceito, falta clareza sobre linhas-vermelhas e escopo, sobretudo quanto à multidimensionalidade da TJ — que vai além do setor energético e deve abarcar aspectos sociais, econômicos e de justiça distributiva. Para o Brasil, Bonn representa a oportunidade de negociar um texto-minuta que expresse não apenas disposições genéricas, mas princípios concretos de inclusão, cooperação internacional e critérios de financiamento vinculados às realidades locais.

No eixo de Adaptação, a Embaixadora Bruna Veríssimo destacou que, embora existam pautas técnicas maduras — como comunicações de adaptação, Planos Nacionais de Adaptação (NAPs) e a estrutura de indicadores do Global Goal on Adaptation (GGA) —, há um hiato entre diretrizes globais e a implementação prática nos países. A perspectiva brasileira é que, em Bonn, sejam revisadas diretrizes para comunicações de adaptação, avançando na formatação de NAPs e definindo indicadores obrigatórios que permitam monitorar, de forma desagregada, vulnerabilidades sociais, de gênero, étnicas e de renda . Especial atenção foi dada à necessidade de vincular metas de adaptação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e aos planos subnacionais, além de instituir indicadores que atendam às demandas de populações afrodescendentes, indígenas e ribeirinhas.

Quanto ao Mitigação e ao Global Stocktake (GST), o Negociador Bruno Arruda explicou que o GST, adotado em 2023 como mecanismo coletivo de avaliação do progresso do Acordo de Paris, carece de um diálogo aprofundado sobre como implementar suas recomendações. Em Bonn, o Brasil pretende assegurar que o diálogo de implementação do GST não fique restrito a temas de financiamento, mas aborde, de forma integrada, pautas como a redução ordenada de combustíveis fósseis, o desmatamento e a formulação de novas metas coletivas. Ainda, no âmbito do Programa de Trabalho de Mitigação (MWP), criado para acelerar a ação climática em setores críticos, serão debatidos florestas e resíduos, com vistas à geração de relatórios que orientem a COP30 sobre boas práticas, gargalos e oportunidades de investimento.

Prioridades do Governo Brasileiro para Bonn

A partir das exposições e debates, podem-se identificar com clareza as seguintes prioridades brasileiras para a SB62, que devem orientar as

negociações em Bonn e pavimentar o caminho para o sucesso da COP30 no Brasil:

1. **Mudança de Dinâmica Negociadora**: Mudar o processo de negociação de clima, que historicamente se mostra lento e desgastante, para um formato mais "country-driven", em que os textos base estejam disponíveis já no início das sessões e o trabalho de redação avance desde o primeiro dia, permitindo que as partes se apropriem dos temas e gerem sugestões concretas para a COP30 .

2. **Foco na Implementação dos Instrumentos do Acordo de Paris**: Consolidar em Bonn a transição "da negociação para a implementação", garantindo que todos os mecanismos e instrumentos criados — como fundos, critérios de elegibilidade e mecanismos técnicos — sejam operacionalizados ao longo dos próximos meses, de modo que, em novembro, a COP30 possa ser identificada como a "COP da Implementação" .

3. **Consolidação de Resultados em Três Temas-Chave**:

    - **Transição Justa**: Avançar na negociação de um texto-minuta que reflita a multidimensionalidade do conceito, indo além de discursos genéricos e contemplando critérios claros de financiamento, participação social, inclusão de povos tradicionais e mecanismos de cooperação internacional. Esta decisão deve estabelecer um marco orientador para que a TJ seja aplicada a todas as esferas (trabalho, energia, comunidades vulneráveis) e não se perca em ambiguidades .

    - **Global Stocktake e Programa de Trabalho de Mitigação (MWP)**: Assegurar que o diálogo de implementação do GST inclua a integração com a transição energética, a redução gradual de combustíveis fósseis e a formulação de novas metas coletivas. No MWP, garantir que os relatórios sobre florestas e resíduos reflitam a experiência brasileira e apontem caminhos para investimentos e cooperação internacional. Além disso, discutir a prorrogação do mandato do MWP para além de 2025, visando manter um fórum permanente de alerta e facilitação técnica.

    - **Adaptação e Indicadores do GGA**: Avançar na revisão de diretrizes para comunicações de adaptação e na formulação de

NAPs alinhados ao GGA, de forma a consolidar indicadores obrigatórios que permitam monitoramento desagregado por gênero, etnia, renda e vulnerabilidade social. Priorizar a adoção de métricas que conectem NAPs, GGA e ODS, assegurando legado técnico para a COP30 e para o pós-Belém, especialmente no que tange ao financiamento público para adaptação além dos mercados de carbono .

Comentado [5]: Indicadores de raça e etnia não estão contemplados até o momento. Conectas tem isso como um objetivo.

4. **Aprimoramento do Debate sobre Financiamento Climático**: Promover em Bonn dois seminários específicos (no dia 16 para negociações e no dia 19 voltado à sociedade civil) dedicados ao roadmap Baku-Belém, colhendo contribuições de todas as partes para definir estratégias que viabilizem US 1,3 trilhão de recursos até 2030. No workshop sobre o Artigo 9.5[1], buscar subsídios para relatórios com provisionamento de fluxos de financiamento, de modo a garantir que o debate em Belém e na COP30 seja pautado por números concretos e projeções realistas. Ademais, assegurar que o Artigo 2.1.c[2] — alinhamento de fluxos financeiros aos objetivos do Acordo de Paris — seja tratado de forma substantiva, com protagonismo do Brasil na construção de uma narrativa de previsibilidade e equidade no acesso a recursos.

Comentado [6]: As expectativas são de que o roadmap sejam apenas relatórios, isso seria inaceitável. Apesar de não ser um texto negociável, é preciso que preveja ações e formas de monitoramento da implementação.

5. **Reforço do Papel da Sociedade Civil e de Atores Locais**: Estimular plataformas de diálogo que permitam à sociedade civil, povos indígenas, comunidades tradicionais, sindicatos e setor privado participar ativamente das negociações paralelas, apresentando recomendações técnicas e pressões políticas para que as posições brasileiras em Bonn reflitam demandas de base e fortaleçam a legitimidade das decisões. A criação de grupos de trabalho conjuntos e o uso de ferramentas de monitoramento (como o Monitor do Acordo

[1] O Artigo 9, parágrafo 5, do Acordo de Paris estabelece que as Partes desenvolvidas devem apresentar, bienalmente, informações indicativas quantitativas e qualitativas sobre os níveis projetados de recursos financeiros públicos a serem disponibilizados a Partes em desenvolvimento no âmbito de ações climáticas. Essas informações visam conferir maior previsibilidade e transparência ao fluxo de financiamento climático entre países desenvolvidos e em desenvolvimento

[2] O Artigo 2, parágrafo 1, alínea (c), do Acordo de Paris define como objetivo de longo prazo "fazer com que os fluxos de financiamento sejam compatíveis com um caminho de baixo nível de emissões de gases de efeito estufa e de desenvolvimento resiliente ao clima". Em outras palavras, todos os investimentos — públicos ou privados — devem, progressivamente, alinhar-se a critérios que privilegiem, simultaneamente, a mitigação e a adaptação às mudanças climáticas

de Paris[3]) serão fundamentais para tornar o processo mais inclusivo e transparente .

6. **Integração de Temáticas Transversais:** Garantir que, ao longo das negociações, a perspectiva de gênero, justiça racial, direitos dos povos tradicionais e sinergias com os ODS sejam incorporadas de forma transversal nos textos e decisões. Por exemplo, ao discutir adaptação, assegurar que haja indicadores sensíveis a questões de gênero e inclusão étnico-racial; ao tratar de TJ, vincular debates de trabalho decente a princípios de igualdade e não discriminação; e no programa de ação, considerar a interconexão entre clima, biodiversidade e desenvolvimento sustentável .

7. **Preparação para a Transição para a Sociedade de Baixo Carbono:** Embora Bonn não seja exclusivamente um fórum técnico para transição energética, o Brasil pretende aproveitar o espaço para reafirmar seu compromisso com a descarbonização e com a redução ordenada de combustíveis fósseis, conectando essa pauta ao diálogo do GST e ao MWP. Essa prioridade está alinhada ao objetivo de "colocar o clima no centro da economia mundial" e de demonstrar que o país poderá liderar iniciativas de cooperação Sul-Sul em energias renováveis e tecnologia limpa, contribuindo para uma transição justa tanto nacional quanto global .

Prioridades da CAN para Bonn

1. **Justiça na Transição Justa (TJ)**

- **Centralizar "justiça" na Transição Justa**

  - Colocar a "justiça" no centro das negociações de Transição Justa, com foco nas comunidades do Sul Global mais vulneráveis.
  - **Mecanismo de Ação de Belém** (BAM)[4]: Assegurar financiamento adequado, transferência de tecnologias e intercâmbio de conhecimento.

Comentado [7]: Como vinculante, não como princípio orientador.

[3] Iniciativa da LA CLIMA, ver: https://www.laclima.org/publicacoes/paris-agreement-monitor

[4] O Mecanismo de Ação de Belém (BAM) consiste em um marco coordenado pela UNFCCC cujo propósito central é promover uma Transição Justa para economias de baixo carbono, especialmente em países em desenvolvimento. Por meio do BAM, busca-se mobilizar

- Priorizar equidade e necessidades específicas do Sul Global.

2. **Adaptação e Indicadores do Global Goal on Adaptation (GGA)**

- **Justiça para as comunidades afetadas**
  - Revisão de indicadores do GGA
  - Redefinir metas associadas ao GGA, incluindo uma nova meta escalonada de US$ 1,3 trilhão até 2030.
  - Fortalecer os Planos Nacionais de Adaptação (NAPs) com financiamento acessível e alinhado a prioridades locais.
  - Uma "hoja de ruta" clara e focada em justiça para garantir que adaptação seja prioritária na COP 30

3. **Balanço Global (Global Stocktake - GST)**
   - Acelerar a implementação do GST-1, abordando as lacunas em mitigação, adaptação e financiamento
   - O Diálogo Anual NDC-GST deve ser revisto, avaliando a ambição das NDCs antes de setembro
   - Resultados decisivos para SB62: planejamento estruturado do GST-2, revisão das NDCs para que a COP 30 cumpra com a justiça climática e se alinhe com o 1,5ºc

4. **Ambição, NDCs e transparência:**

   - CAN exige que todas as NDCs sejam apresentadas antes de setembro
   - As NDCs devem refletir ambição, equidade e estar alinhadas com o objetivo de 1,5ºc

---

financiamento adequado para viabilizar processos de descarbonização sem que isso comprometa a segurança econômica e social das populações mais vulneráveis. Além disso, o mecanismo prioriza a transferência de tecnologias limpas e adaptadas às realidades locais, facilitando a adoção de soluções energéticas e produtivas de baixo impacto ambiental. Outro aspecto fundamental do BAM é o estímulo ao intercâmbio de conhecimentos, criando canais de cooperação técnica e compartilhamento de experiências bem-sucedidas que fortaleçam a capacidade de formulação e execução de políticas públicas e projetos comunitários. Em todas essas etapas, o BAM enfatiza a necessidade de equidade, garantindo que povos indígenas, comunidades tradicionais e demais grupos historicamente marginalizados tenham voz ativa no planejamento e na distribuição de recursos, de forma que a transição não acentue desigualdades, mas sim contribua para reduzir vulnerabilidades e promover o desenvolvimento socioeconômico sustentável .

- Implementação do GST-1 e progresso significativo do MWP
- O MWP deve priorizar os direitos indígenas, proteção das florestas e rechaçar falsas soluções como bioenergia e mercados de carbono

4. Justiça econômica e financeira

- **O diálogo de Sharm el-Sheikh[5] sobre o Artigo 2.1c deve:**
  - Estabelecer objetivos com prazos concretos ao financiamento dos combustíveis fósseis em 2025
  - Abordar a crise da dívida vinculando-la ao financiamento climático
  - Convenção das Nações Unidas para Tributação de Emissões de Carbono (impostos aos emissores)[6]
- **A hoja de ruta de Baku-Belém deve:**
  - Priorizar subsídios públicos
  - Assegurar que os países desenvolvidos liderem os financiamentos

Comentado [8]: Não é uma coisa provável.

[5] O Diálogo de Sharm el-Sheikh sobre o Artigo 2.1(c) do Acordo de Paris é um processo iniciado na COP 27 com o propósito de reunir Partes, organizações relevantes e outras partes interessadas para trocar impressões e aprofundar o entendimento sobre o escopo do Artigo 2.1(c), que exige "fazer com que os fluxos de financiamento sejam compatíveis com um caminho de baixo carbono e de desenvolvimento resiliente ao clima", e sua complementaridade com o Artigo 9, que trata de obrigações de transparência de financiamento em apoio aos países em desenvolvimento. Por meio de oficinas bianuais (por exemplo, em julho de 2023 em Bangkok e outubro de 2023 em Genebra) e relatórios subsequentes, o Diálogo tem como objetivos: (1) desenvolver um entendimento comum sobre quais fluxos financeiros devem ser realinhados; (2) discutir mecanismos de implementação que promovam cooperação internacional; e (3) preparar recomendações para que, em fóruns como a COP30, haja diretrizes claras sobre como operacionalizar e monitorar esse realinhamento de recursos financeiros. Na COP28, decidiu-se estender o Diálogo com pelo menos mais duas sessões (2024 e 2025), sem, porém, fixar prazos de entrega de valores ou metas obrigatórias: o objetivo declarado é apresentar, até a COP30 (Belém/2025), um quadro conceitual e um roteiro prático para orientar governos e setor privado sobre quais fluxos financeiros devem ser reorientados e de que forma.

[6] A Convenção das Nações Unidas para Tributação de Emissões de Carbono (UN Carbon Tax Convention) é um tratado internacional em negociação que propõe impor impostos diretos sobre as emissões de gases de efeito estufa e outras fontes de poluição, estabelecendo regras comuns para cálculo das alíquotas (por tonelada de CO_2 equivalente), mecanismos de arrecadação e partilha de receitas. Seu objetivo é fazer com que os emissores internalizem o custo social do carbono, gerando fundos que financiem programas de mitigação, adaptação e transição justa nos países em desenvolvimento, respeitando o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas.

- Equilibrar o financiamento de mitigação, adaptação e perdas e danos
- Excluir os combustíveis fósseis e projetos não alinhados com o 1,5ºc do financiamento climático

Comentado [9]: Não é provável que isso aconteça pelo que estamos apurando nos bastidores da presidência